



Anais da Assembléia

Nº 56

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB — 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** — 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** — 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** — 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** — 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** — 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** — 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** — 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 002/94

DATA: 04 de maio de 1994.

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a população decida sobre a criação do Município de Guamiranga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guamiranga, com as seguintes medidas e confrontações:

"Tem seu início na Barra do Rio dos Patos com o Rio Lageadão, rio acima até o Rio Alagado, subindo o Rio Alagado até o Rio Manduri, cruzando a BR-373, passando a direita da Igreja Manduri, daí segue em linha reta passando por Queimadas, Barreiro e Mato Queimado, dividindo também com o Município de Prudentópolis, desce a Serra Passa Quatro até cair no Rio Pederneiras, rio abaixo até o Arroio do Tigre, cruzando a BR-373, no KM 64,5, descendo até o Rio Bonito, até o Rio Lageadão, divisa com Ivaí, descendo até o ponto de partida".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

RESOLUÇÃO N° 003/94

DATA: 04.05.94

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, com as divisas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, com as divisas a seguir especificadas:

"Tendo como ponto de partida um marco cravado entre as margens do rio Caratuva e a linha de limite territorial do Município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°00' NW, com a distância de 7.950 metros. Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territo-

rial com terras do Município de Prudentópolis, respectivamente nos seguintes rumos e distâncias: 20°00' NE em 1.157 metros; 26°00' NW em 1.134 metros e 05°00' NW em 538 metros, chegando às margens do arroio Junqueira. Deste ponto segue arroio abaixo com distância de 3.218 metros, confrontando pela nova linha territorial de limite com terras do Município de Imbituva no rumo 74°00' NE com a distância de 4.210 metros, chegando às margens do arroio do Ansolim. Deste ponto segue arroio abaixo confrontando com terras do Município de Imbituva, com a distância de 6.940 metros, chegando na confluência do referido arroio com os rios Perdido e Caratuva. Deste segue em direção ascendente pelo Rio Caratuva controlando com a antiga linha de limite territorial com terras do Município de Irati, com a distância de 9.632 metros, chegando-se ao ponto onde se fez princípio e onde se encerra a presente descrição, com área de 55.697,674m² (cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e sete metros quadrados e seiscentos e setenta e quatro milímetros)".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 04.05.94

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 41.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1994
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Toti Colaço e Luiz Carlos Zuk.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antonio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (50). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Cezar Silvestri, Caíto

Quintana, Dalton Machuca e Mário Bezerra (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente indicam os Deputados Nelson Justus e Durval Amaral para preencherem as vagas de Presidente e Relator da Comissão de Orçamento.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO, NAMIR PIACENTINI, NELSON JUSTUS, NILTON BARBOSA, RENATO ADUR, GERALDO CARTÁRIO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e um ilegível.

Liderança dos Partidos

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente indica membros para compor a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, conforme especifica.

Deputado Cleiton Kielse - Titular

Deputado Domingos Carvalho - Suplente

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência ao Projeto de Lei nº 050/94, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio através da Universidade Estadual de Ponta Grossa com a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina - implantação de extensão do Campus.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no disposto pelo § 2º do artigo 171 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, votação em destaque para a Proposição de Veto nº 018/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 084/92, de autoria do Deputado Toti Colaço.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário destaque para a discussão e votação da Proposição nº 116/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER destaque de votação à Proposição nº 015/94, referente ao Veto apostado ao Projeto de Lei nº 565/93, de minha autoria, que dispõe sobre a aposentadoria de professores da rede estadual de ensino e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 089/93, apostado ao Projeto de Lei nº 053/93; 095/93, apostado ao Projeto de Lei nº 296/93; 105/93, apostado ao Projeto de Lei nº 021/93; 116/93, apostado ao Projeto de Lei nº 250/93; 015/94, apostado ao Projeto de Lei nº 565/93; 018/94, apostado ao Projeto de Lei nº 084/92 e 029/94, apostado ao Projeto de Lei nº 480/93, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão, itens 1 a 7.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4º do Art. 180 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o

Plenário a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a reinclusão do Projeto de Lei n° 395/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que estabelece normas para a concessão de certidões para Prefeituras.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoiamento: Anibal Khury

REQUERIMENTO N° 1163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Joana Marques Kugler, ocorrido no dia 8 de maio do corrente ano, na Cidade de Castro - PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Cipriano Marques de Souza, 182.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 8 de maio de 1994, faleceu a Senhora Joana Marques Kugler. Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 1164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje,

votos de pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Procópio de Souza, ocorrido no dia 07 de maio do corrente ano, na Cidade de Castro / PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Dario de Macedo, 344 - Castro / PR.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 7 de maio de 1994, faleceu o Senhor Antonio Procópio de Souza. Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 1130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Distribuidora Zaid Ltda., pela passagem do 30° aniversário de atividade.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Diretores da Distribuidora Zaid Ltda., para que recebam e transmitam a todos os seus colaboradores e auxiliares o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É sempre motivo de júbilo para todos nós paranaenses, quando a estrutura da iniciativa privada chega a completar 30 anos de ininterrupta atividade no ramo alimentício.

A Distribuidora Zaid Ltda., instalada nesta capital sob a coordenação direta de seus proprietários, representa a crença no crescimento do Paraná e no desenvolvimento de sua potencialidade empresarial. A mencionada empresa ao longo destes 30 anos com a liderança de seus diretores, com o dinamismo e admirável coragem, enfrentaram todos os obstáculos surgidos, embora tenham passado por desafios em face das próprias condições brasileiras. No Paraná, muitas não resistiram, ficaram estagnadas pelo caminho do tempo, esmagadas pelos problemas conjunturais agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa.

Os Diretores da Zaid conhecem o exato sentido da expressão capital de risco. Criando riqueza na produção, e na produção é reaplicado, repassando seus benefícios para a sociedade na forma de empregos,

produtos diversificados, serviços e tributos.

É salutar ver a disposição e a alegria dos diretores e colaboradores dessa importante empresa.

O Paraná goza de um grande prestígio e elevado conceito e respeito no contexto federativo, fruto do trabalho incansável de seu povo e da atuação de suas lideranças em todos os segmentos sociais.

Trabalhando com a filosofia de se expandir conscientemente de acordo com as perspectivas do mercado, a Distribuidora Zaid Ltda. chega aos 30 anos de atividades. De empresa pequena que vendia alguns tipos de doces através de carros dirigidos por seus próprios fundadores em 1964, a Zaid se tornou uma das maiores distribuidoras do sul do País, comercializando mais de 1.500 itens entre alimentos industrializados, produtos de higiene pessoal e de limpeza e outras miudezas.

Com sede em Curitiba, onde possui três unidades num total de 12 mil metros quadrados de área total, a empresa atua em centenas de cidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Paraná. São ao todo 20 mil pontos de vendas atendidos através de uma frota própria de 52 caminhões e 5 peruas, que fazem a distribuição de 1.200 toneladas de produtos por mês.

Uma das grandes preocupações da empresa ao longo desses 30 anos tem sido o bom atendimento aos clientes.

A este contentamento o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa, como representante do povo, congratulando-se com os Diretores e todo o seu corpo de colaboradores como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho empresarial e da competência administrativa.

REQUERIMENTO N° 1137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente Sessão, de voto de congratulações à nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Andirá.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à Associação Comercial e Industrial de Andirá.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Andirá, em seus 20 anos de luta em favor do desenvolvimento econômico de Andirá, teve renovada sua diretoria no último dia 27 de abril de 1994, tendo como seu presidente o empresário José Odécio Furlan.

Fundada por comerciantes andiraenses, aos quais se juntaram os industriais da cidade, teve um início modesto, lutando com dificuldades, mas hoje, se impõe pela sua credibilidade e atuação ousada nos empreendimentos econômicos do município.

REQUERIMENTO N° 1138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente Sessão, de voto de congratulações à nova Diretoria do Club Andiraense de Pilotos Aerodesportivos - CAPA.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à Diretoria do Club Andiraense de Pilotos Aerodesportivo - CAPA.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Club Andiraense de Pilotos Aerodesportivo teve a posse de sua nova diretoria no dia 21/04/94.

A entidade é o resultado do denodo, arrojo e persistência de um grupo de andiraenses, que concretizaram o sonho, de voar numa realidade, tornando a aviação numa modalidade esportiva, que tem engrandecido e elevado o nome de Andirá.

REQUERIMENTO N° 1144

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, voto de congratulações pelo lançamento do Jornal Gazeta Metropolitana.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Órgão de integração dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, a "Gazeta Metropolitana" circulou - em seu número 1 - no dia 06 de maio próximo passado.

De propriedade da Editora Comércio de Artes Gráficas Idéias Novas Ltda., o novo jornal é dirigido pelo senhor Germano José de Oliveira.

Já no seu primeiro número, a "Gazeta Metropolitana" deixou muito claro o seu objetivo. Através do editorial "União faz a força", o jornal falou sobre os problemas vividos pela Região Metropolitana, em grande parte, resultantes do êxodo rural e do crescimento desordenado dos municípios próximos da capital. A "GM" não deixou de afirmar, também, que só a união desses municípios pode levar à solução dos seus problemas comuns.

E nós, aqui nesta Casa, vemos com mui-

ta alegria o nascimento da "Gazeta Metropolitana" como um órgão preocupado em promover essa integração.

REQUERIMENTO N° 1148

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações ao diretor de teatro Oraci Gamba, autor e diretor do espetáculo "O Cerco da Lapa".

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Diretor dos mais talentosos, Oraci Gamba volta à cena, agora com a montagem de "O Cerco da Lapa", tratando dos cem anos daquele episódio da Revolução Federalista.

Socorremo-nos das palavras da historiadora Nadir Domingues Mendonça para dimensionar o trabalho de Gamba, autor e diretor de "O Cerco da Lapa": "o texto foi construído numa ótica de cercado, como se o autor estivesse dentro da Lapa. De um lado, os heróis, consagrados no panteão da cidade; de outro, o povo, sempre anônimo, participando e sofrendo. Os personagens desta peça representam, certamente, toda a tragicidade vivida durante o cerco pelo pacato e ordeiro povo lapeano, mas falam muito mais das angústias, do medo, das utopias, das paixões de homens e mulheres de todos os tempos. Neste sentido, "O Cerco da Lapa" reveste-se de um cunho atemporal, marca de qualidade, na dramaturgia".

Com a sensibilidade que lhe é peculiar, Gamba conseguiu nesta realização - utilizando-se dos mecanismos que os anos de prática e estudo lhe proporcionaram - levar ao público um espetáculo extraordinário, motivador de reflexões sobre o fato histórico que aborda e sobre temas fundamentais da existência humana.

REQUERIMENTO N° 1166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, votos de congratulações e regozijo pela passagem do 4° aniversário de criação do Município de Ventania, no próximo dia 15 de maio de 1994, expressões essas que atribui às pessoas do Excelentíssimo Senhor Antonio Heli Santiago, Digníssimo Prefeito Municipal, ao ilustríssimo Senhor Ivah Gilhen Ponz, Mui Digno vice-Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Vereador Henrique Laforge Gomm, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Oli Vasconcelos Dias, Mui

Digno vice-Presidente da Câmara, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Osni Tomaz Pereira, Mui Digno Primeiro Secretário da Câmara, à Ilustríssima Senhora Vereadora Marisa das Graças Gonçalves Sabatoti, Mui Digna Segunda Secretária, e aos demais ilustres Vereadores, integrantes daquela Colenda Casa de Leis: Sebastião Ferreira da Cruz, Antonio Pedroso Ribas, Osni Expedito Vieira Coelho, Adelino Oliveira de Assis e Marcos Odinan Barbosa, bem como, extensivos, também, às demais autoridades do Município e a todo o povo ventaniense.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades, através da Prefeitura Municipal de Ventania.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Ventania é um dos mais jovens municípios do Paraná e foi criado pela Lei Estadual n° 9244 de 14.05.1990, de autoria deste Parlamentar.

Apesar de sua pouca idade, Ventania é um dos mais prósperos municípios do Estado, pois já nasceu forte e pujante.

Com uma população de aproximadamente doze mil habitantes e quatro mil eleitores, é dotado de considerável infra-estrutura, servido por sistema de água encanada, energia elétrica da COPEL, comércio em franco progresso, ensino de 1° e 2° graus, órgãos estaduais, etc...

Constituindo um importante entroncamento rodoferroviário do Estado, com ligações para os grandes centros urbanos, Ventania sempre teve sua agricultura calcada na melhoria da produção de sementes e sua mão-de-obra absorvida pela atividade agropecuária, indústria e extração de madeira (Pinus).

Ventania é hospitaleira e cordial e, por isso, a presente proposta é a expressão autêntica de nosso regozijo e contentamento e que, na condição de padrinho físico de Ventania, aqui queremos compartilhar com todo o povo trabalhador e dinâmico desse jovem e próspero município.

Parabéns, Ventania!

REQUERIMENTO N° 1167

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações, ao Lions Clube Ponta Grossa Centro, que completou 40 anos.

Desde a sua fundação, o Lions Centro vem se destacando no cenário social e assistencial da cidade, mostrando o espírito nobre de seus associados.

Em quatro décadas, importantes realizações marcam a existência em Ponta Grossa

deste Clube de Serviço, que tem contribuído em prol das instituições, liderando centenas de campanhas em favor dos interesses comunitários, engajando-se, igualmente, com dedicação, em todos os movimentos que visam o bem-estar do povo e do município em geral.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Lions Centro, em nome de seu Presidente Senhor Ricardo U. Martins, bem como aos demais integrantes da direção e a todos os associados, à Rua Padre J. Lux, 575.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1170

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à Diretoria da Federação dos Contabilistas do Paraná que tomou posse para exercer o triênio 1994/1996.

Os contabilistas vêm a cada momento no exercício de sua função, procurando manter-se o mais próximo possível da perfeição, pois o trabalho que realizam é de fundamental importância tanto para os empresários e pequenos comerciantes como para o governante do Estado ou da Nação.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da Federação dos Contabilistas do Paraná, à Rua A. Bório, 608 - em Curitiba.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1156

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que a Comissão Executiva desta Casa designe o dia 8 de junho próximo, às 16:30, para a cerimônia de entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor Nagibe Chede, concedido através da Lei n° 10.538, sancionada em 30 de novembro de 1993.

Requerem, outrossim, que a mencionada cerimônia seja realizada no Plenário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(aa) CEZAR SILVESTRI
COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Reinaldo José Ro-

drigues dos Santos, solicitando a liberação de recursos financeiros para construção de um barracão industrial no Município de Farol.

Este barracão é de fundamental importância ao município, pois acolherá as pequenas indústrias, propiciando espaço para produção, com isso incentivando a implantação de novas pequenas indústrias, gerando assim, mais empregos e conseqüentemente progresso ao município.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rolf Koerner Júnior, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de recursos financeiros para obras de reformas na Delegacia de Polícia do Município de Quinta do Sol.

Justificamos a presente solicitação, pelo fato de o estado atual do prédio da Delegacia de Polícia do município, encontrar-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Reinaldo José Rodrigues dos Santos, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para ampliação do espaço físico da Creche do Distrito de Silviolândia no Município de Peabiru.

Justificamos a presente solicitação, pelo fato do atual espaço físico da creche, ser insuficiente para abrigar o número de crianças assistidas.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Mauro Goulart, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de uma ambulância à Prefeitura Municipal de Araruna.

A presente solicitação visa oferecer meios e condições ao município, quanto ao

transporte de pacientes graves aos centros maiores, em busca de maior atendimento hospitalar.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1149

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado da Saúde, acompanhando correspondência da Associação Comunitária de Educandos, Pais e Educadores, ACEPE, sobre o internamento hospitalar para tratamento de menores de idade, carentes, portadores de doenças decorrentes do consumo de drogas.

Que do teor do presente dê-se ciência à ACEPE.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo nos relata a correspondência da ACEPE, os menores de idade portadores de doenças decorrentes do uso de drogas não dispõem do devido atendimento hospitalar, o que contribuiria para o aumento do número de óbitos nessa faixa etária.

A preocupação da Associação é corroborada pelo aumento assustador do consumo de drogas por crianças e adolescentes e pela canalização desse segmento - já dependente - para a marginalização e delinquência.

Diante disto, requeremos o pronunciamento da Secretaria de Saúde sobre a denúncia, bem como enfatizamos o pedido de providências para solução do problema.

REQUERIMENTO N° 1150

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando construção de uma passagem para pedestre na Rodovia João Leopoldo Jacomel, em frente a subestação da COPEL, no Município de Pinhais, bem como a instalação de lombadas, sonorizador, semáforo ou outro meio de redução de velocidade na área, garantindo a segurança na travessia de pedestres.

Que do teor do presente dê-se ciência à Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tarumã e Estância Pinhais (Rua Guilherme Weiss, 500 - Vila Tarumã - Pinhais/PR - CEP: 83.323-200).

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelo Ofício anexo, da Associação dos Moradores

e Amigos da Vila Tarumã e Estância Pinhais, é urgente a tomada de providências visando garantir a segurança dos pedestres para travessia da Rodovia João Leopoldo Jacomel, na localidade supramencionada.

Os moradores são obrigados, diariamente, a transpor a mureta que divide a rodovia a fim de ter acesso aos pontos de ônibus que fazem o transporte para Curitiba. Essa situação oferece grandes riscos e, inclusive, já propiciou diversos acidentes e atropelamentos, razão por que solicitamos providências por parte do DER.

REQUERIMENTO N° 1153

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Augusto Plenário da Casa, seja encaminhado expediente deste Poder ao Congresso Nacional, com a manifestação da Casa pela não aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 41, de 1993, que "que dá nova redação ao artigo 15 da Lei n° 5.991, de 17 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências", de autoria da Senadora Marluce Pinto.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

É intenção da propositura da Senadora Marluce Pinto, habilitar o prático de farmácia ou drogaria para exercer a responsabilidade técnica de drogaria ou de ervanário, desde que este comprove exercício da atividade pelo prazo mínimo de dez anos, ininterruptos ou não.

O exercício e a vivência como prático em ervanário e drogaria dá experiência superficial sobre os produtos farmacêuticos e suas propriedades, sem dar o conhecimento técnico-científico necessários sobre os fármacos, a manipulação de fórmulas e interpretação de terminologias. O prático de farmácia ou drogaria é uma pessoa sem aprendizado em Farmacognosia, Farmacodinâmica, Farmacotécnica, e com noções insipientes em Fisiologia, Anatomia e Biologia Humanas.

Com este despreparo, não é possível habilitar uma pessoa para uma função tão séria, como é de responsável técnico de drogaria ou ervanário. A responsabilidade técnica deve ser somente exercida pelo farmacêutico e farmacêutico-bioquímico, por ser um profissional devidamente qualificado e habilitado para o exercício.

A farmácia, drogaria e o ervanário que existem em função da saúde, devem continuar sendo estabelecimentos de confiança, para que não haja prejuízo para a saúde da pessoa e da sociedade.

É por essas razões que o requerimento é apresentado.

REQUERIMENTO N° 1168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário da Educação, solicitando uma definição mais clara sobre a municipalização do ensino, pelo fato de que as prefeituras estão se sentindo prejudicadas.

Os Prefeitos da região dos Campos Gerais reclamam da situação crítica em que se encontra a municipalização do ensino. Os municípios que optaram pela municipalização, estão claramente arrependidos, já que o Governo Estadual não estaria repassando verbas desde janeiro deste ano.

Segundo os Prefeitos, o acordo com o Governo Estadual era de que haveria um repasse de recursos para determinados gastos durante as mudanças, que inclui o salário dos professores, material, etc.

O impasse sobre a municipalização ainda persiste, é preciso que haja consenso entre o Governo e os municípios, para que os estudantes não venham a perder.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro do Planejamento, solicitando que o repasse de recursos, especialmente o Fundo de Participação dos Municípios, sejam repassados aos municípios, corrigidos ou transformados em URV.

O repasse é feito em cruzeiros reais, enquanto que os pagamentos, em sua maioria, são feitos em URV, portanto atualizados diariamente, podendo levar os municípios à falência, devido a diferença entre a receita e as despesas.

Os Prefeitos dos Campos Gerais prevêem colapso financeiro grave. A situação dos próximos 45 dias é caótica, sob pena de prejuízos enormes à população, com fechamento de serviços públicos essenciais. Há necessidade, com urgência, de medidas sérias a nível de Nação brasileira, para que os municípios não venham a "parar".

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, en-

vio de expediente ao Secretário do Trabalho e Ação Social, Senhor Newton Grein, solicitando informações sobre notícias de que o programa "Irmão do Futuro", mantido pelo Governo do Estado, irá acabar.

Houve uma denúncia feita por três adolescentes que freqüentam as unidades da FASPAR e da ASSOMA em Curitiba. Segundo os adolescentes, desde que a Unidade Social de Campo Comprido foi transferida da FASPAR para a ASSOMA, o atendimento vem perdendo qualidade.

Eles revelaram que a direção da ASSOMA estipulou um prazo de dez dias para que os adolescentes com mais de 18 anos deixassem a Unidade e que os ex-internos do Queiroz Filho não serão aceitos no local.

Solicitamos urgência nestes esclarecimentos para que a situação não venha a piorar, deixando na rua jovens que não têm um teto para morar.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Elerian do Rocio Zanetti, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Escola Rural Municipal de Água Branca de Baixo, no Município de Imbituva.

A presente solicitação visa o repasse de verbas, que serão destinadas às obras de recuperação do prédio da escola que foi atingido por fortes ventos, em três ocasiões, causando enormes estragos.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a implantação do Programa Vídeo na Extensão Rural, no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Olivir Gabardo, Secretário de

Estado da Educação, solicitando a implantação do Curso 2º Grau - habilitação em Magistério, na localidade de Ligação, Distrito de Jaciaba no Município de Prudentópolis.

Trata-se de reivindicação da Sra. Helena Gardasz, Diretora da Escola Estadual Imaculada Conceição - Ensino de 1º Grau, e de toda comunidade de Ligação, Distrito de Jaciaba.

Um dos fatores que leva a comunidade local e lideranças a reivindicar o curso de 2º Grau, é a existência de 35 escolas rurais municipais, só no Distrito de Jaciaba, ensino de 1.ª a 4.ª série, nas quais lecionam 48 professores, sendo que, 20 são leigos.

A implantação desse curso, contribuirá para a melhoria da qualidade do ensino básico na região.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Witmarsum do Purunã; com as seguintes divisas e confrontações, com sua sede na localidade de São Luiz do Purunã:

"Começa na confluência do Rio Tibagi com o Rio Pugas, subindo pelo Rio Pugas até a Foz do Rio Quero-Quero; sobe pelo Rio Quero-Quero até a sua nascente nas proximidades da estrada municipal que liga a Colônia Quero-Quero com a BR-277; seguindo por esta mesma rodovia municipal até a divisa intermunicipal de Palmeira e Porto Amazonas; segue por esta mesma divisa intermunicipal até encontrar o Rio dos Papagaios; desce pelo Rio dos Papagaios até encontrar o Rio Iguaçu, desce pelo Rio Iguaçu até encontrar o Arraial Amola Faca, segue pelo Arraial até a cumeada da Serra dos Veados, seguindo pela cumeada da Serra dos Veados até a cumeada da Serra dos Capados, segue pela Serra dos Capados até encontrar a estrada Municipal DZ-409, segue por esta estrada, atravessando a BR-277 até a divisa intermunicipal de Campo Largo e Balsa Nova, seguindo pela mesma divisa intermunicipal (Serra do Purunã), até encontrar a divisa intermunicipal entre Palmeira, Campo Largo e Balsa Nova; deste ponto segue pela divisa intermunicipal entre Campo Largo e Palmeira até encontrar o Rio Tibagi; desce por este mesmo Rio dividindo com o Município de Ponta Grossa até

Curitiba, quarta, em 11.05.94

a confluência do Rio Pugas, ponto de partida."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica o Tribunal de Contas do Estado obrigado a fornecer Certidões Negativas aos Municípios cujas prestações de contas não tenham recebido o devido "referendum", por constatação de irregularidades formais.

Art. 2º - A solicitação das Certidões Negativas por parte dos Municípios, para efeitos do artigo anterior, deverão ser fundamentadas na necessidade de obtenção de auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título.

Art. 3º - O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, regulamentará as disposições constantes da presente norma no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa legislativa, objetiva obrigar o egrégio órgão deste Poder Legislativo, para o cumprimento da função institucional de fiscalização das contas públicas, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a fornecer a respectiva Certidão Negativa aos Municípios do Paraná cujas prestações de contas foram desaprovadas por constatação de irregularidades meramente formais, quando de solicitação fundamentada na necessidade de obtenção do Estado, de auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título.

A proposta visa não prejudicar os Municípios, que em diversos casos encontram-se em estado de miserabilidade, com burocracias formais e sanáveis, em detrimento do bem comum e do interesse público, que por este Parlamento, legitimamente, é representado.

A não concessão destas Certidões Negativas, objeto do plano legislativo, vem impedir que vários Municípios sofram embargos de recursos financeiros de órgão da Administração Estadual, face à não aprovação de suas contas em exercícios anteriores, as vezes sob a alegação de desatensão a formalidades quando do parecer prévio do

Tribunal de Contas, que indica irregularidades ao "referendum" das Câmaras Municipais.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 164/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir uma gratificação especial correspondente a 50% dos seus vencimentos aos servidores que prestam atendimento aos portadores de paralisia cerebral e/ou múltiplas deficiências, lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID.

Parágrafo Único - O servidor lotado no CRAID terá incorporado aos seus proventos de aposentadoria a gratificação especial de que trata o Artigo 1° da presente lei, se houver exercido atividade nele prevista por um período não inferior a 5 anos consecutivos.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.94

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente, órgão da SESA/ISEP, foi criado em fins de 1986, através de convênio firmado entre SESA/FSCMR (hoje ISEP) e INAMPS, e tem como base padrão uma equipe multiprofissional, que propicia um atendimento altamente especializado, o qual é realizado diariamente e em tempo integral a uma camada da população até então desassistida.

Atualmente é um centro de referência estadual, nacional e, inclusive, internacional, para o atendimento aos pacientes, sejam crianças, jovens e adultos, portadores de Paralisia Cerebral e múltiplas deficiências das mais diferentes etiologias, que para receberem um diagnóstico conclusivo, têm que, obrigatoriamente, realizar através do contato direto com os servidores, triagem, avaliação, diagnóstico, reuniões clínicas, estudo do caso e possíveis encaminhamentos, onde é decidida a melhor atitude a ser adotada, que venha a beneficiar a família e a instituição.

O CRAID - como Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente, atende prioritariamente os pacientes portadores de Paralisia Cerebral, na faixa etária de 0 a 19 anos, e os pacientes portadores de Deficiência Visual - Visão Subnormal, na faixa etária de 03 a 82 anos, com finalidade precípua de tentar habilitar e reabilitar o potencial desses pacientes para

a vida social, profissional e/ou mesmo produtiva.

Para o atendimento aos pacientes (portadores de Paralisia Cerebral e/ou múltiplas deficiências), predispõe o servidor lotado no CRAID a apresentar alterações gerais ou específicas, caso não se ofereçam condições no mínimo adequadas, para que o mesmo mantenha sua estrutura global, para manter o padrão de qualidade de atendimento, dentro dos níveis esperados, por exemplo: condições de trabalho, emocionais, financeiras, lazer e etc.

Por outro lado, o presente plano de lei visa a dar equidade de tratamento no que se refere à remuneração do servidor público do Estado do Paraná, que presta serviços no CRAID, pois os professores da Rede Estadual de Ensino e que prestam atividades de educação ou reabilitação de excepcionais no CRAID já percebem referida gratificação correspondente a 50% dos seus vencimentos, por força do artigo 75 da Lei Complementar n° 07 de 22 de dezembro de 1976, razão porque, a fim de corrigir tal distorção, tenho certeza que o presente projeto de lei merecerá desta Casa Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 165/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial "Menino Deus", com sede e foro na Cidade de Centenário do Sul - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Centenário do Sul foi fundada em 15.08.88 por um grupo de pessoas interessadas na causa das pessoas portadoras de deficiências.

A Diretoria concretizou o maior objetivo da APAE que foi fundar a Escola de Orientação e Reabilitação "Menino Deus", em 04.10.91.

Destacamos como principais objetivos desta entidade:

- Promover o bem-estar social, a proteção e o ajustamento das pessoas portadoras de deficiência mental, através da ação integrada de natureza bio-psico-social;
- Orientar as famílias do educando, visando a cooperação no processo educativo e reabilitatório;
- Conscientizar a comunidade acerca do

problema das pessoas portadoras de deficiência e seu dever para com elas;

- Promover, junto aos poderes públicos, obtenção de medidas legais e legislativas visando os interesses das pessoas portadoras de deficiência;

- Manter a Escola de Orientação e Reabilitação "Menino Deus".

Conforme o disposto no Art. 12 do Estatuto da Entidade o exercício de qualquer cargo ou função será gratuito, sendo expressamente vedada a distribuição de lucros, bonificações ou outras vantagens a qualquer dos dirigentes e conselheiros sob qualquer denominação, forma ou pretexto.

Diante das finalidades da entidade em questão, solicito aos nobres Pares com assento neste Poder Legislativo o necessário apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 166/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Agropecuários do Distrito de Água Azul, com sede e foro no Município da Lapa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Agropecuários do Distrito de Água Azul, fundada em 30 de novembro de 1934, é uma sociedade de natureza civil, sem finalidade lucrativa, destinada à representação social e defesa dos produtores da região do Distrito de Água Azul, no Município da Lapa.

A entidade atende a todos os requisitos exigidos pela Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, estando a mesma em perfeitas condições de merecer a declaração de Utilidade Pública chancelada pelo Estado do Paraná.

A bem do mérito da proposta legislativa em apreço, pelos seus objetivos sociais em prol de toda a comunidade de Água Azul, que muito depende da boa representação que há muito vem prestando a Associação dos Produtores Agropecuários de Água Azul, não só aos seus associados, mas também ao Município da Lapa, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, o devido apoio à iniciativa que ora apresentamos, por julgar-se justa e imperiosa.

PROJETO DE LEI N° 167/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica obrigado o remetente a proceder antecipadamente o registro em Cartório de Títulos e Documentos, de todas as peças documentais a serem enviadas à Assembléia Legislativa, constantes da Lei n° 8.358, de 05 de setembro de 1986 e de suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Platão nos ensinou:

"Quem se baseia em Princípios, mesmo no escuro, não tropeça e não se perde."

A defesa do Princípio Constitucional da Publicidade dos Atos Públicos, mandamento até supra constitucional, essencial ao atendimento de outro Princípio, o da Moralização dos Atos Públicos (Princípio da Moralidade), é cunho fundamental da presente iniciativa legislativa.

A proposta visa obrigar que todas as peças documentais oriundas de licitação na Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Vinculada do Estado do Paraná, sejam registradas nos Cartórios de Registros Públicos de Títulos e Documentos, para perfeita informação e publicidade à sociedade paranaense, antes da obrigatória remessa à Assembléia Legislativa.

Não há o que falar em burocratização, e sim no fortalecimento da principal função institucional deste Poder Legislativo, a da fiscalização dos atos públicos, principalmente os do gestor do dinheiro público, o Executivo Estadual.

"PUBLICIDADE DAS LICITAÇÕES MEDIANTE UTILIZAÇÃO DOS REGISTROS PÚBLICOS"

Este foi o lema de brilhante trabalho realizado pelo emérito jurista Adilson de Abreu Dallari, publicado em extrato no jornal "O Estado de São Paulo" no dia 22 de maio de 1991, às páginas 22 (anexo integrante desta justificativa).

Argüido o interesse público da medida proposta, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis ao projeto de lei que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa, leal e meritória.

PROJETO DE LEI N° 168/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste, com sede e foro no Município de Itapejara D'Oeste.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Itapejara D'Oeste, foi fundada em 23 de julho de 1991, e registrada no dia 03 de setembro do mesmo ano, adquirindo a sua personalidade jurídica. É uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos.

A entidade vem honrosamente cumprindo com a sua finalidade, atendendo os seus objetivos de manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social ao excepcional.

O plano de lei que ora apresentamos, é uma iniciativa legislativa que possui mérito, tratando-se de proposta de interesse público, pois há muito a entidade APAE de Itapejara D'Oeste, vem merecendo a atenção do Estado, pelos seus relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, ao projeto de lei de declaração de Utilidade Pública em epígrafe, pois além de tratar-se de matéria justa e meritória, está plenamente adequada aos ditames da Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que normatiza a matéria.

Passamos ao Horário das Lideranças. PDT com a palavra. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, com certeza o Brasil hoje amanheceu com clima de muita preocupação. No momento em que a classe trabalhadora sente-se desrespeitada nos seus direitos tem que ir às ruas, tem que manifestar, obviamente de maneira organizada e ordeira como tem sido feito sempre.

A Polícia Federal neste momento faz há mais de 50 dias a sua manifestação por condições dignas de vida, condições de salário que possa sustentar àquele policial e a sua família. Para a nossa surpresa o Ministro da Justiça determina que o Exército invada as ruas de alguns Estados deste País demonstrando, ou tentando mostrar à Nação brasileira a força que tem se precisar agir, utilizando-se da força não importa quem esteja à frente que eles coloquem chão a baixo. E isso ficou bastante caracterizado. Obviamente no momento em que a Polícia Federal, também armada, desafiava os Poderes, temos certeza que o caminho ainda é o diálogo; e não no momento em que se sente o reacionarismo, a força reacionária, aquela força que levou o País ao caos que aí está. No momento em que essas forças começam a se manifestar, nós, da classe trabalhadora, passamos a ter receio porque neste momento esperamos

que não seja, mas caracteriza-se que é uma tentativa de ameaça, até à democracia, que com certeza chegará às mãos da oposição. Chegará às mãos da oposição através do Partido dos Trabalhadores, através do Partido Democrático Trabalhista, ou através dessas forças que têm uma história política desenvolvida nesse País juntamente com a classe trabalhadora. E não podemos admitir neste momento que a utilização do Exército na praça pública venha representar qualquer tendência de tocar na estabilidade democrática, que hoje foi conquistado pelo povo nas ruas a duras penas. Isto é lamentável, esperamos que o bom senso retorne e que o Governo, com a capacidade de fazer, não venha amedrontar o povo brasileiro no momento em que através do processo mais legítimo, que é do voto, estamos caminhando para uma verdadeira transformação na Nação brasileira. E temos certeza que as forças oposicionistas deste País não vão se amedrontar com este tipo de ameaça, porque com certeza a estabilidade democrática do País é exigida pelo povo através das manifestações, quando nas ruas tirou Presidente corrupto; e hoje o Congresso Nacional, com todas as falhas, que porventura exista, não da maioria, mas uma minoria garante a expulsão dos corruptos. E tem que exigir também a expulsão dos corruptores. Recebemos inclusive uma manifestação hoje da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação alertando-nos para esse fato impensado para essa tentativa de desestabilização do processo democrático, quando os trabalhadores nas ruas reivindicam seus direitos e ao invés de ouvi-los e encontrar através do diálogo o caminho da solução, impõe-se o regime de força novamente para tentar amedrontar a classe trabalhadora brasileira e o trabalhador que têm como única arma em suas mãos o protesto na praça pública, nas ruas pedindo para que sejam atendidos, ouvidos e pedindo para que se dialogue porque a sua vida está ao risco de sobrevivência, porque o salário é péssimo e as condições de vida são piores cada vez mais. Aconteceu recentemente aqui, temos registrado o ato 30.08.88, quando na praça pública Nossa Senhora da Salete, os professores foram à rua e pela primeira vez na história do Paraná derramou-se sangue em praça pública, na época do governo que se dizia democrático e que hoje quer voltar ao Palácio Iguazu do Estado do Paraná.

Isto tudo é lamentável e tem que ficar registrado, por isso nós não podemos nesta oportunidade concordar com este ato irracional com que está agindo o Presidente da República e temos certeza que a hora e a vez é do movimento de esquerda neste País ocupar o poder para escrever uma política diferente para a classe trabalhadora e é o

que todos os brasileiros esperam.

A realidade do bolso brasileiro está no supermercado do dia-a-dia, a realidade do funcionário público não só nacional, do funcionário público a nível local, dentro desta Casa, onde estamos sabendo que há um estado de miséria e nada se faz quando dessa tribuna, por diversas vezes já pedimos também uma situação de vida mais digna aos próprios trabalhadores desta Casa e não vemos solução.

Aos trabalhadores do Estado que com certeza, assim como se manifestaram alguns, dentro em breve teremos uma manifestação muito forte dos trabalhadores e tenho certeza que de todos os segmentos, creio que se não forem abertas as portas do diálogo, o que hoje faz a Polícia Federal, com certeza dentro de poucos dias estarão os funcionários públicos e mais uma vez alertamos e talvez mais uma vez tenha que puxar essa fila o magistério público do Estado do Paraná.

O Sr. Dr. Rosinha - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço. Queremos chamar atenção pelo fato que nos últimos anos, pelo menos 5 ou 6 anos o achatamento do salário dos trabalhadores do serviço público é meio que coisa unânime no nosso País.

Além do achatamento salarial, no caso específico do pronunciamento de V. Exa., que diz respeito a Polícia Federal, há também um longo tempo que não há concurso público para contratação de novos policiais federais e quando a gente conversa com os policiais eles são muito claros ao dizerem, o nosso País é o País da impunidade. Como policiais investigamos, prendemos corruptos, prendemos corruptores, provamos que eles têm culpa, seja o narcotráfico ou seja simplesmente contrabando e a justiça age com impunidade, eles prendem no momento em que está ocorrendo o fato e acaba depois a justiça soltando e nunca vai a julgamento.

Então é uma Polícia Federal com poucos homens, com salário ruim e ainda correndo as vezes, podemos até dizer entre aspas, a desmoralização, porque fazem todos os inquéritos, vão até o final e depois essas pessoas indiciadas não vão para a cadeia e agora quando entram numa luta, num movimento para reverter essa situação, fala-se em chamar exército, marinha e aeronáutica.

Ora, o lugar destes setores permanecer é no quartel...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Comunico ao Deputado Paulo Maia bem como ao Dr. Rosinha que têm um minuto para concluir esta discussão, pois seu tempo está esgotado.

O Dr. Rosinha - ... então o lugar deles é no quartel, eles já provaram que a ditadura só foi nociva para o País, e o caos em que vivemos hoje ainda é reflexo da ditadura.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço o aparte de V. Exa., e concluindo, Sr. Presidente, apenas para dizer que está na hora de se pôr o Exército nas ruas para se coibir os seqüestros. E aqui no Paraná para se encontrar estas crianças que desapareceram do colo de suas mães, de seus pais e até este momento não houve manifestação.

Então temos certeza que, coibir com o Exército, a manifestação da classe trabalhadora não é o melhor caminho para a estabilidade democrática do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério, do PTB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Sou avesso a elogiar pessoas que exercem cargos na administração. Se eles acertam, ou estão acertando não estão fazendo mais do que a sua obrigação, e se erram eles recebem as críticas da imprensa, dos Deputados e do próprio povo. Entretanto queria fazer um registro, nesta Casa, que para mim é muito importante, eu que acompanho a História política e administrativa do Paraná, há muitos anos, é muito importante este registro. É a atuação do atual Governador do Estado, no sentido de pacificar a família paranaense. Ontem, li nos jornais, que o Governador do Estado recebeu a Bancada do PDT, desta Casa, numa conversa franca, amistosa, sem nenhum interesse, segundo o que li nos jornais, sem nenhum interesse administrativo. Isso imprime a marca de administrador que quer acertar, que quer, efetivamente, a pacificação política no Estado, porque só com esta pacificação é que poderemos vencer as grandes dificuldades que virão ali com a implantação deste plano econômico, que para mim não é plano, para mim é um golpe eleitoreiro, não é plano, mas acho que teremos grandes dificuldades, inclusive na administração pública.

O Sr. Paulo Maia - (Aparte - Assentimento)

Deputado Erondy, também me somo à manifestação de V. Exa. e de fato íamos registrar esta visita, ontem do PDT, ao Governo Mário Pereira. Porque lá deixamos registrado até os agradecimentos da Bancada, numa manifestação feita pelo atual Governo do Paraná, o que não vimos naqueles

que o antecederam. Foi feito o convite à Bancada, para que fôssemos ao Palácio, realmente lá estivemos, fomos agradecer a manifestação de S. Exa., o Sr. Governador, que, de uma forma muito elegante nos recebeu, inclusive colocando mais ainda, que hoje a imprensa não deu publicação, obviamente porque naquela oportunidade não estava presente. Mas, nos dizendo que fará um tratamento igualitário, isso cobramos também e o Governador foi bastante incisivo, dizendo que o Governo do Estado não tratará com discriminação os atuais opositores da Assembléia, pede aos atuais opositores da Assembléia que, caso saibam do uso da máquina pública até em campanha política que façam a denúncia. Porque ele quer esta harmonia, de fato, como Vossa Excelência acaba de citar, desta Tribuna.

famos registrar, numa outra oportunidade, mas aproveitando a oportunidade que nos dá nos somamos a este manifesto e temos que registrar que a forma elegante, a forma de fato, de primeiro magistrado do Estado do Paraná, representa um exemplo que todos os governantes, em todos os momentos deveriam seguir. Acho que é o caminho da harmonia, é o caminho do entendimento, e esperamos que isto aconteça durante todo o período do Governo Mário Pereira.

Agradeço a oportunidade de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu é que agradeço o aparte de Vossa Excelência. E na formação do seu Governo, do seu secretariado ele foi muito feliz, por exemplo, no setor das finanças públicas que é o mais delicado, o mais importante, que é a espinha dorsal de qualquer administração pública, ele manteve o atual Secretário das Finanças. Eu o conheço a longos e longos anos porque ele exerceu a mesma função na Prefeitura Municipal de Curitiba, e o seu Chefe de Gabinete Nestor Wilton Bueno foi Secretário das Finanças Municipais durante 25 anos, e ali demonstrou toda sua capacidade, seu espírito público, a sua honestidade, o seu caráter retilíneo, o que me deixou imensamente feliz quando essas duas pessoas foram confirmadas na administração, e outros Secretários que tiveram a atuação destacada na administração anterior foram reconduzidos.

Mas o que me deixou mais feliz foi a escolha do novo Presidente do Banco do Estado do Paraná, o ex-Deputado Norton Macedo, só os que o conheceram política e pessoalmente podem avaliar a grandeza do seu caráter, a sua extraordinária honestidade pessoal, homem que foi oficial de Gabinete do Governador Bento Munhoz da Rocha. Foi homem da mais absoluta confiança em dois Governos Ney Braga; fazia o que bem enten-

dia no Governo tal a sua força política; exerceu por três mandatos a representação do Paraná na Câmara Federal; representou o Congresso Nacional em todas as instalações da Assembléia anual da ONU, as Nações Unidas. Porquê? Pela sua cultura, pelo seu comportamento, pela sua postura. Pois bem, exercendo todas essas atividades vemos o Norton não disputar nas eleições, aposentar-se com o mero cargo de advogado do Estado e viver uma vida modesta, uma vida até simples, cheia de sacrifícios. Este é um exemplo que deve ser registrado nos Anais, porque hoje vemos pessoas com dois, três mandatos que estão gastando milhões de dólares na atual reeleição.

Sabemos de homens que representam o Paraná lá em cima que só quiseram se aproveitar do dinheiro do povo, com falcatruas, com negociatas e hoje estão aí disputando eleições. Então quando um homem público exerce mandatos como exerceu o Norton, com probidade, com eficiência e acima de tudo com espírito público, merece um registro. Foi, efetivamente, uma extraordinária escolha, o Banco do Estado está em boas mãos, tem um homem honesto a dirigí-lo.

Concedo aparte ao nobre Deputado Basílio Zanusso, pediria que fosse breve para eu conceder um aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Basílio Zanusso - Agradeço a gentileza de Vossa Excelência, mas quero permitir que o nobre Deputado Colombino use a palavra nesta oportunidade, e farei algumas considerações ao seu discurso e a feliz homenagem que Vossa Excelência faz a um grande paranaense, farei no Horário reservado ao meu partido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Obrigado a Vossa Excelência. Com o aparte ao nobre Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência, experimentado devido e com participação ativa neste Parlamento, está fazendo análise correta dos primeiros trinta dias do Senhor Mário Pereira à frente do Governo do Paraná.

Vossa Excelência falou dos que ficaram, concordo com Vossa Excelência, ficaram os bons, como o Secretário Aron Arzua, sério, competente, que merece nesta Casa o respeito e a consideração, e que aqui também sempre teve apoio. O Secretário Kriger também ficou, um homem inteligente, culto e competente.

E os que saíram, Senhor Presidente, Senhores Deputados? E os que deixaram as funções substituídos pelo Senhor Mário Pereira? Por que o foram substituídos? Por que o Senhor Wallace Tadeu de Mello e Sil-

va foi substituído do Banco do Estado do Paraná? É uma pergunta que faço e quero responder.

A ida do Dr. Norton Macedo à Presidência do Banco do Estado, que tem todas as qualidades mencionadas por Vossa Excelência, conheço a sua vida pública, privo da sua amizade, sei que é competente e sério. Agora, Sua Excelência o Senhor Presidente do Banco do Estado - Norton Macedo, tem, para o seu passado, um grande compromisso. É de estabelecer uma administração absolutamente correta no BANESTADO que não aconteceu nesses três anos e meio. Tanto que a Assembléia Legislativa aprovou um requerimento de minha autoria pedindo uma auditoria no Banco do Estado. Auditoria que teve todos os embaraços possíveis e impossíveis e que até agora não retornou com o seu resultado à Assembléia Legislativa.

Então, Senhor Deputado, elogiando o ex-Deputado Norton Macedo que não é banqueiro mas que vai receber o Banco do Estado em situação difícil, porque quando for estabelecido o Real neste País, os bancos oficiais voltarão à sua origem, voltarão aos dias de dificuldade. Porque, hoje, não é necessário ser banqueiro para dirigir um banco. Vossa Excelência sabe que a própria aplicação financeira dos recursos aplicados pelo banco não necessitam de um banqueiro para gerir esses estabelecimentos.

Me solidarizo com Vossa Excelência na homenagem que presta ao Dr. Norton Macedo. Ao mesmo tempo que eu espero que ele permita que se faça uma verificação e ele promova uma própria auditoria no BANESTADO e relate, ao Paraná - nos próximos dias, o caos que ele encontrou no Banco do Estado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Lamento, primeiro quero dizer a Vossa Excelência que, tenha certeza, que o Deputado Norton Macedo cumprirá com seu dever como ele sempre cumpriu na vida pública.

Agora lamento discordar de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência demonstra não conhecer a situação real, não tem compulsado os balanços do BANESTADO. A situação do BANESTADO não é negra como pinta Vossa Excelência. Teve um Presidente corretíssimo, um Presidente sério, um Presidente capaz. Recebeu o banco em péssima situação, isso o Paraná todo sabe. Mas ele, nesses três anos de administração BANESTADO, ele recuperou o Banco. O Banco hoje é um do qual nos orgulhamos. Admito até que possa haver uma auditoria, o que aconteceu anteriormente. Mas com o ex-Presidente Heitor Wallace de Mello e Silva, eu não posso concordar com Vossa Excelência. Acho que foi um homem correto. Foi um homem que soube desempenhar as suas funções. Foi um homem que recuperou não só

financeiramente mas a imagem do próprio Banco no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário da Liderança do PFL concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, apenas para juntar-me às palavras do ilustre Deputado Erondy Silvério que foi à Tribuna nesse instante, não só prestando uma homenagem a um brilhante paranaense que prestou relevantes serviços ao nosso Estado na nossa representação na Câmara Federal, mas por todos os cargos que ele ocupou com brilhantismo, com competência e com honestidade absoluta: Norton Macedo.

Enquanto o Deputado Erondy Silvério fazia alusão ao seu currículo vastíssimo de algumas posições assumidas no Paraná, especialmente nos Governos de Ney Braga e na Câmara Federal, lembro-me também, quando Presidente do Partido Democrático Social, cujo mandato eu tive a honra de ser Secretário Geral do Partido e convivi, trabalhei com Norton Macedo ao longo de dois anos e meio aproximadamente. E, pude constatar, na vivência diária, cotidiana que a sua inteligência, a sua competência não eram apenas nas áreas jurídicas, administrativas do serviço público, mas, também, na atividade político-partidária.

Portanto, quero também manifestar, no regozijo, esta felicidade que teve o Senhor Governador e mais que isso, uma manifestação de independência. Buscando um homem hoje sem partido político para assumir as altas funções, as importantes funções de Presidente do Banco do Estado do Paraná. Portanto, fica este registro, Senhor Presidente, que é meu e, sem dúvida, da minha Bancada, nessa manifestação que fez e que acaba de fazer o Deputado Erondy Silvério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Concedo a palavra ao Deputado Colombino Grassano no Horário do PL.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não era meu objetivo comparecer a esta tribuna nesta Sessão. Mas como não pude completar o meu raciocínio com o Deputado Erondy Silvério, que fez os melhores e mais elogiosos comentários à futura administração do Dr. Norton Macedo à frente do Banco do Estado. Eu devo dizer que a nossa apreensão continua, com relação aos bancos oficiais. Em dado momento o Deputado Erondy Silvério se referiu à péssima situação em que encontrou, o Dr. Wallace, o Banco do Estado do Paraná, quando o Senhor Requião de Mello e Silva assumiu o Governo que lhe foi passa-

do pelo ex-Governador Álvaro Dias.

Então, a situação do BANESTADO é precária na opinião do Senhor Deputado Erondy Silvério. Mas os contratos, mas as ações trabalhistas ocorreram na administração do Dr. Wallace. A cumulação de cargos de Presidente do Banco do Estado do Paraná e de Presidente do Banco del Paraná, esta cumulação ocorreu também nesta gestão. O contrato com o Senhor Rafael de Almeida Magalhães para criar o Fundão, que houve tanta discussão, houve tanta polêmica, houve tanta reunião nesta Casa, que a maioria, aqui, massacrou a minoria, fazendo votar às pressas o Fundão e que depois foi desfeito sem qualquer explicação! Isto ocorreu quando o Senhor Wallace era Presidente do BANESTADO. Os gastos em publicidade, dando ao Banco do Estado do Paraná, o terceiro órgão público brasileiro em maiores gastos de publicidade do Brasil. Isto ocorreu nesta gestão.

A alteração, adulteração de balanços ocorreu nesta gestão do Banco do Estado do Paraná. Porque se isso tudo não tivesse ocorrido, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, esta Casa, a Assembléia do Paraná não teria votado - por unanimidade, dois requerimentos meus, pedindo uma auditoria no Banco do Estado, para que as dúvidas fossem levantadas e esta Assembléia Legislativa tivesse o conhecimento rápido, real da situação em que se encontra e que se encontrava o Banco do Estado. Sei que o Secretário da Fazenda - Dr. Heron Arzua, preocupado com as mudanças que estão por vir aqui, no País, em função da nova moeda a ser implantada em primeiro de julho, o Dr. Heron Arzua conseguiu um lastro extra para o Banco do Estado para que não fosse pego de surpresa após o dia 1º de julho. Lastro da ordem de 50 milhões de dólares em euro-bônus, que aplicou, que vendeu e colocou no mercado internacional e, muito especialmente na Europa. Tudo isso ocorreu. E a auditoria que nós solicitamos, que esta Casa solicitou, até hoje não foi concluída pelo Tribunal de Contas do Paraná. Nós estamos sabendo que existem irregularidades no Porto de Paranaguá.

Então, o Dr. Mário Pereira, que está imbuído dos melhores propósitos, que agora estabeleceu um novo sistema de Governo, um novo relacionamento com os Parlamentares desta Casa, o Senhor Mário Pereira, que está substituindo os incapazes, por pessoas que ele julga capaz, porque a última nomeação que eu li, ainda hoje, foi do Diretor Administrativo do Porto de Paranaguá, um ex-funcionário do Tribunal de Contas do Estado, o que em última análise nos dá a entender que ele passou a proceder a uma intervenção real no Porto de Paranaguá, se já não bastasse a nomeação do Presidente da FERROESTE, homem da sua absolu-

ta confiança, que ele mandou que acumulasse as funções de Presidente da FERROESTE com a de administrador do Porto de Paranaguá.

Então, nós esperamos que o Senhor Mário Pereira continue assim, mas continuem dizendo as razões pelas quais ele faz substituições, ele faz mudanças, porque não basta ele dizer hoje no jornal, como se referiu, que o critério adotado para nomeação do Senhor Norton Macedo foi o da competência, o da seriedade e o da honestidade. Se são estes os critérios adotados pelo Senhor Governador, naturalmente faltaram esses critérios na antiga administração do Banco do Estado do Paraná.

De modo que era a posição que nós tínhamos que dar e mais uma vez o apelo que estamos fazendo para que a Assembléia Legislativa insista junto ao Tribunal de Contas para que venha com urgência o parecer final, o resultado da auditoria, porque é muito importante, mais hoje o Dr. Norton Macedo, do que propriamente para o Deputado que subscreveu esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Horário das Lideranças.
PP com a palavra.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Quero registrar a presença do Prefeito de Maripá, Dorival Moreira; ainda do vice-Prefeito, Elizeu Espanhol; e ainda do Vereador Lírion Urman e ainda o Vereador Edio Sartori.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Horário das Lideranças.
PP com a palavra. Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Neste momento eu não poderia de forma nenhuma deixar de registrar no Plenário desta Casa essa conquista do Paraná, diria eu, com a nomeação de Norton Macedo a Presidente do BANESTADO.

Homem de atitude ilibada, incontestável o seu trabalho como homem público.

Eu, que fui companheiro de Norton Macedo durante dois mandatos, trabalhei, representando na minha região, sei com que seriedade, esse homem público tratava as causas públicas.

Então, o Paraná não teve a felicidade de conduzir Norton Macedo para o Congresso pela terceira vez, quando pretendia esse homem público, altamente preparado, para elaborar a Constituinte de 88 e se afastou da vida pública, como todos nós sabemos, ficou praticamente como homem público no anonimato, mas naturalmente consciente do dever cumprido dos mandatos, dos dois man-

dados que ele teve. Lembro bem, Norton Macedo, na verdade alguém pode dizer que ele foi um privilegiado quando percorreu grande parte do mundo, enquanto o Ministro de Educação, Ney Braga, passava a responsabilidade de responder, de representá-lo em vários países. Acompanhamos de perto.

O Sr. Élio Rusch - V. Exa. me concede um aparte?

(Assentamento).

Deputado Costenaro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada. Quando tomamos conhecimento da nomeação de Norton Macedo para a Presidência do BANESTADO, nós que conhecemos este paranaense que tem dado exemplo na vida pública, tanto como Secretário no tempo de Ney Braga, como Deputado Federal por três mandatos, 74, 78 e 82. Não se reelegeu e não se elegeu como constituinte em 86. O Brasil deixou de ter um grande constituinte porque Norton Macedo escreveu grandes páginas do Estado do Paraná como Deputado, como Secretário, como advogado e como administrador. Quem ganha com isso é o Paraná. E esperamos que daqui para frente todos homens públicos, os Secretários de Estado, seja de 2º ou 3º escalão, tenham as suas atenções voltadas para o nosso Estado, e não só voltada para questões políticas e Partidárias. Norton Macedo, que teve o privilégio de trabalhar para ele durante três mandatos, saiu sempre com uma expressiva votação de minha Cidade Marechal Cândido Rondon, repetindo sempre oito a dez mil votos na minha cidade. Tenho certeza que o Paraná hoje saiu ganhando na Presidência do BANESTADO tendo essa ilustre personalidade.

O SR. COSTENARO NETO - Obrigado, nobre Deputado Élio, realmente Norton Macedo, ele acrescenta sem dúvida nenhuma o mandato público de todos nós. E o Governador Mário Pereira, numa assertiva, naturalmente coloca um homem como Norton Macedo presidindo o Banco. Temos a certeza que todas as questões serão tratadas com respeito e com a seriedade que Norton Macedo sempre trilhou nos seus caminhos como homem público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Honorário das Lideranças PT com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Não tenho passado nem na ARENA, nem no PDS, então não vai dar para elogiar o Norton Macedo.

Mas estamos aqui para colocar uma questão bastante séria que diz respeito a fatos na área de saúde. Sabemos que a Secretaria Estadual de Saúde, tem uma sé-

rie de dificuldades, a principal delas é não atender a demanda necessária dos Municípios na assessoria técnica, no fornecimento de profissionais para orientar aqueles técnicos que trabalham no Município. Também sabemos que na hora de atender o que diz respeito a referência, ou seja, aquele paciente que necessita da Secretaria de Estado da Saúde nos últimos anos não tem respondido a essas necessidades. Esperamos que nesse final de Governo mude esse rumo. Estamos aqui para dizer porque recentemente, tanto o nosso gabinete, como de outros Deputados, que eu saiba o gabinete do Deputado Algaci Túlio, vivemos um problema bastante concreto de um portador do HIV.

Todo cidadão, no momento em que ele está contaminado por esse vírus, há um grande preconceito da sociedade no sentido de não atender, é praticamente considerado um cidadão civilmente morto, porque não tem emprego, os familiares não o desejam dentro de casa, independente de como foi adquirido esse vírus e aqui, faz 15 dias, que um cidadão frequenta, dentro da Assembleia Legislativa, os gabinetes, vivendo de doação de Deputados e por mais de uma ocasião, em um único dia, chegamos a telefonar duas, três ou até cinco vezes para a Secretaria de Estado da Saúde e mais do que um gabinete fazendo isso, e cabe a Secretaria de Estado da Saúde construir casas de convivência para receber essas pessoas que são abandonadas pelos familiares, que não têm onde morar, mas têm condições ainda de trabalhar, porque é portador de um vírus e não um doente, e como portador do vírus tem que ser garantido a ele todos os direitos e se doente também.

Ele portador do vírus podendo trabalhar, podendo ser um cidadão produtivo passou a viver de esmolas, porque a Secretaria de Estado da Saúde não responde por esses casos, quando caberia a ela responder.

Sabemos que o Estado de São Paulo tem mais de 10 casas de convivência para esse tipo de portador dessa doença. O Paraná não tem uma única casa e no entanto já há dezenas de cidadãos necessitando desse tipo de atendimento e eles não podem continuar vivendo às custas da doação de outros cidadãos, não podem continuar vivendo pela assistência social de outros.

Ele tem direito a ter uma casa digna, ele tem direito a trabalhar, ele tem direito a ser atendido na sua saúde, no entanto o Estado do Paraná não tem feito isso e cobramos que a Secretaria de Estado passe a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Registramos a presença do Diretor de Esportes de Astorga, Erley Cezar, a pedido do

Deputado Nilton Servo.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Só para registrar, Senhor Presidente, com relação ao meu pronunciamento de agora há pouco, acabei de receber da assessoria do Deputado Algaci Túlio, que o gabinete do Deputado foi obrigado a encaminhar esse cidadão a São Paulo, uma vez que aqui no Estado do Paraná, com todos os esforços dos nossos gabinetes feitos por quinze dias, não conseguimos solucionar o problema de um cidadão paranaense que teve que ser alojado e tratado em São Paulo.

Esta é a eficiência da Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, (Pela Ordem)

Também gostaria de me associar às palavras do Deputado Dr. Rosinha, semana passada também apareceu um jovem do Município de Rondon com o vírus, já esteve inclusive na primeira secretaria, esteve em nosso gabinete por diversas vezes, a nossa assessoria manteve um contato com a Secretaria Estadual de Saúde, com outros órgãos, inclusive nós e não conseguimos resolver o problema, talvez tenhamos que tomar a mesma posição do Deputado Algaci Túlio, porque aqui não tivemos meios para dar o devido atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Registrado, Deputado Nilton Barbosa.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Senhores Deputados Erondy Silvério, Namir Piacentini, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Renato Adur, Geraldo Cartário, Plauto Miró Guimarães e Durval Amaral, na qualidade de Líderes do PTB, PDT, PP, PMDB, PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para comporem a Comissão de Orçamento, nas condições de Presidente e Relator. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para comporem a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, nas condições de Titular e Suplente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão. **Prejudicado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 089, 095, 105, 116/93, 015, 018 e 029/94, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, itens 01 a 07. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando votação em destaque para a Proposição de Veto nº 018/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 084/92. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação da Proposição nº 116/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando destaque de votação para a Proposição nº 015/94, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 565/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Júlio Bifon que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para a Votação dos Vetos apostados aos Projetos 89/93, 95/93, 105/93 e 29/94. Vamos votar estes quatro projetos, em bloco.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 089/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 053/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera artigos do Decreto nº 3.926, de 17.10.88, e dá outras providências. (SANEPAR). Com Relatório da C.C.J. **CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 095/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 105/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 021/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 480/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que institui o Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Os Srs. Deputado favoráveis à manutenção do Veto deverão votar com a cédula que contém a expressão SIM, os contrários à manutenção do Veto deverão usar a cédula com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Designo uma Comissão formada pelos Srs. Deputados Renato Adur, Luiz Carlos Alborghetti e Plauto Miró, para a contagem dos votos. (Pausa).

A Presidência recebe da comissão apuradora o seguinte resultado: votaram 43 senhores Deputados. Pela manutenção do veto, 23 votos. Pela rejeição, 17 e brancos, 3 votos. Assim, fica mantido o veto apostado na proposição.

Em seguida, passamos à votação da Discussão Única da Proposição nº 15/94 - Veto apostado ao Projeto de Lei nº 565/93 de autoria de Plauto Miró Guimarães Filho.

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 565/93, de autoria Plauto Miró Guimarães Filho, que dispõe sobre a aposentadoria de pro-

fessores da rede estadual de ensino e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ainda, lembrando aos senhores parlamentares que além desta votação, teremos mais duas votações nominais e secretas.

O SR. JOSÉ TAVARES - Presidente Basílio Zanusso, um esclarecimento de V.Exa. Nós vamos passar a votar agora o veto apostado ao Projeto 565/93, de autoria de Plauto Miró Guimarães? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Perfeitamente.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu queria orientar a nossa Bancada, os nossos aliados para que votem pela manutenção do veto. Votando "SIM", é a orientação que a liderança do governo se permite fazer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Convindo o senhor Secretário a proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos senhores Deputados, para votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Votaram quarenta e três Senhores Deputados.

Designo a mesma Comissão anterior composta pelos Deputados: Luiz Carlos Alborghetti, Renato Adur e Plauto Miró Guimarães para procederem a contagem dos votos. (Pausa).

Seis votos em branco, doze votos SIM e vinte e cinco NÃO. Está mantido o Veto do senhor Governador.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Julio Bifon, a chamada dos Senhores Deputados para a votação do Veto apostado ao Projeto de Lei nº 250/93.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 116/93, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 250/93, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, que dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento do fumo com Relatório da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em Votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) Senhores Deputados, nós gostaríamos de solicitar encarecidamente apoio dos nobres companheiros à derrubada desse Veto que

dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento de fumo dos produtores do Paraná.

Nós ontem tivemos aqui na Assembléia Legislativa a participação dos trabalhadores rurais colocando as dificuldades do pequeno produtor, do homem do campo.

Encontram-se hoje no centro da nossa Capital, ocupando o prédio do Ministério da Fazenda, os mil e quinhentos produtores rurais, pequenos produtores que estão reivindicando a condição de ter uma vida digna e de ter condições de trabalhar na lavoura. Esse nosso Projeto de Lei, que tem inclusive um substitutivo do Deputado Toti Colaço e do Deputado Bona Turra, ao qual nós pedimos aos nobres colegas da bancada de sustentação do Governo que o substitutivo a esse projeto de lei foi elaborado, foi apresentado em Plenário quando da votação do projeto pelo Deputado Toti Colaço e o Deputado Bona Turra, corrigindo algumas incorreções que tinha no nosso projeto inicial.

E o projeto dispõe o porquê que nós apresentamos esse projeto. Os produtores de fumo em muitos momentos são obrigados a entregar a sua produção de fumo sem saber quando vai pesar esse fumo, sem saber que classificação vai dar e o preço que eles vão receber.

O nosso projeto dispõe que a empresa ao recolher o fumo na propriedade do produtor, possa pesar, classificar e deixar com o produtor um romaneio do seu peso, do seu preço e da sua classificação para que ele saiba o produto que ele entregou.

Normalmente pela prática das empresas isso é feito lá na indústria, sem a observância e a participação do produtor.

O projeto prevê que no Estado do Paraná, a Souza Cruz, a TABAZA, as outras empresas que compram e que produzem, fazem a aquisição de fumo dos produtores possam dar o direito de o produtor, lá na sua propriedade, saber quanto pesou e quanto classificou o seu fumo. Isto é feito lá na indústria ao bel-prazer dos donos da indústria de fumo.

Uma outra questão que o nosso projeto prevê é de que a empresa se obriga a comprar o fumo produzido.

A C.C.J. da nossa Assembléia recebeu da Associação das Indústrias de Fumo um relatório pedindo o veto desse Projeto e dizendo de que as regras comerciais, as regras normais de compra e venda, não permite e não pode obrigar uma empresa a comprar um produto.

Nós temos que diferenciar Senhores Deputados, eu faço questão de esclarecer aos nobres Deputados essa questão, que obrigar uma empresa a comprar um produto é uma realidade, e está correto, não se pode comprar.

Agora, os produtores de fumo recebem da indústria toda, os insumos, a semente e a integração da produção de fumo que ele não pode vender para nenhuma outra empresa. O contrato que a empresa faz com o produtor do fumo, diz o seguinte: "Faz-se uma estimativa, se a produção passar de 20% da estimativa a empresa não se obriga a comprar o fumo".

Muitos produtores, quando a safra dá bem, que ele tem sorte de ter uma grande produção, ele se obriga a deixar o produto no paiol, quando acabar a safra se a empresa quiser, ela compra ao preço que ela quiser porque extrapolou a estimativa, o fumo deu bom.

Um absurdo. Um outro dado é que se o produtor diminuísse 20% da estimativa, ele se obriga a pagar uma multa para a empresa.

É um absurdo as regras que as empresas fumageiras impõem ao produtor para que ele produza fumo para ela. Se ele produzir mais do que a estimativa não tem para quem vender porque está contratado com ela a produção e está integrado com a indústria e não tem outra comercialização do fumo.

Então, nós estamos regulamentando para que, a empresa está fiscalizando toda a produção, acompanhando através dos seus técnicos todo o andamento da produção, plantio, colheita e tudo, e ele tem a obrigação de adquirir esse fumo que o produtor produziu.

Está certo o argumento da indústria quando diz que as regras comerciais, isso para o comércio de livre negócio, mas não para um comércio dessa natureza que o produtor está integrado e só pode comercializar com ela. Aí se a produção deu bem ele não pode vender e vai ter que jogar o seu produto fora, como nós já assistimos na região Sudoeste do Paraná produtores queimarem fumo em praça pública por protesto contra a forma como as indústrias de fumo tratam os produtores de fumo.

Nós tivemos aqui nesta Assembléia, com aval desta Casa, seminário, vindo aqui a Comissão de Agricultura da Assembléia do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, da nossa Assembléia com a presença dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Severino, que era o Presidente da nossa Comissão de Agricultura, debatendo esta questão, os Deputados dos outros Estados também estavam aqui discutindo e debatendo e têm sérias críticas, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a produção é maior, esta questão da produção de fumo.

A produção de fumo envolve nos nossos três Estados do Sul, um número muito grande de pequenos produtores e é uma produção que se enquadra numa pequena propriedade, portanto é importante a permanência

dos produtores nessa atividade, para facilitar ou manter na roça, na produção agrícola 157.520 pequenos produtores, que são só os pequenos que produzem essa cultura ao mesmo tempo que 787 mil pessoas trabalham com o fumo, 94% da atividade fumageira é feita com mão-de-obra familiar, portanto é uma mão-de-obra importante que os produtores rurais têm.

Enquanto nós vimos as indústrias de fumo explorarem desta forma os produtores de fumo, eu tenho aqui um jornal dizendo de que no mês de agosto do ano passado, o Senhor Monteiro de Castro, Presidente da Souza Cruz diz em alto e bom som que a Souza Cruz triplicou o seu lucro numa safra de produção de fumo.

É um absurdo o que nós vimos nesta declaração do Presidente da Souza Cruz, quando ele diz que tiveram um lucro de 96 milhões de dólares nos primeiros 6 meses do ano passado, durante a safra do fumo, enquanto os produtores têm que queimar fumo, têm que protestar, têm que entregar o seu fumo ao preço que a indústria quer, deixar a indústria levar lá nos seus galpões, classificar do jeito que ela quer, enquadrar no preço que ela quer e a sua família morrendo de fome, muitos deles fazem a safra, como é o caso de um produtor que tenho aqui, depois de produzir toda a sua safra com a sua família, ele ficou devendo na safra passada 189 mil cruzeiros reais para a indústria de fumo, para a Vibriel do Brasil- Tabacos Ltda.

Então é um absurdo a exploração que as indústrias fazem numa safra, com o suor dos produtores e a Souza Cruz triplica o seu lucro.

Então é preciso que se imponham normas e regras, inclusive para que os produtores possam se manter na lavoura.

É isso que nós gostaríamos de ter dos Senhores Deputados, o apoio à derrubada desse veto para regulamentar no Estado do Paraná essa produção e a comercialização de fumo e esperamos que os Deputados tenham essa sensibilidade de votar em favor dos pequenos produtores de fumo do Paraná e garantir-lhes o direito de comercializar, de plantar, de sobreviver na lavoura e evitar talvez milhares de famílias vindo para as favelas da nossa cidade.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Ouvi atentamente as alegações do eminente Deputado Ovídio Constantino, conversei com S.Exa. minutos antes a respeito deste projeto, até entendendo Senhor Presidente, que as razões que levaram S.Exa. a apresentar o projeto são razões bastante elevadas, mas não poderia na condição de líder do governo, deixar de externar aqui a posição do governo que é a posição da

Constituição do Estado.

O Governador em nome da sociedade com base na Constituição aprovada por esta Casa tem as suas atribuições claramente definidas.

Uma dessas atribuições é o poder de veto ou o poder de sanção de matérias apreciadas pelo Poder Legislativo.

Quando S.Exa. apõe o veto fundamenta as razões desse veto e submete essa decisão ao Plenário desta Casa, ele o faz em nome da sociedade paranaense, e nós, como representantes desta mesma sociedade, muitas vezes, imbuídos dos melhores propósitos, como é o caso do Deputado Ovídio Constantino, temos que nos curvar a realidade dos fatos e aos ditames da própria Constituição. E o Governador vetou este Projeto por julgá-lo contrário aos interesses do Estado que ele representa. E o Deputado Ovídio sabe disso. Desde o começo da tramitação deste projeto S.Exa. já tinha o conhecimento de que ele era flagrantemente inconstitucional.

Trata-se de uma matéria extremamente complexa, trata-se de um assunto que deve ser definido por legislação federal. Portanto não cabe a este Poder, a este Parlamento, entrar no mérito de uma questão como esta. Por esta razão é que entendeu S.Exa. o Senhor Governador do Estado em vetar o Projeto e nós não temos outra alternativa, senão recomendar a sua manutenção. Portanto o nosso voto será SIM, Senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Procede à Chamada Nominal para Votação dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Votaram 43 Senhores Deputados. Designo uma Comissão formada pelos Senhores Deputados Toti Colaço, Élio Rusch e Ovídio Constantino, para procederem a apuração dos votos.

(Pausa)

Votaram 43 Senhores Deputados. Votos. Votos brancos: 2. Pela manutenção do veto, 20 Senhores Deputados (SIM).

A favor do Projeto (NÃO), 21 Senhores Deputados.

Está mantido o veto.

Solicitamos ao Senhor 1º Secretário, Deputado Júlio Bifon, a chamada dos Senhores Deputados para votação ao veto apostado ao Projeto de Lei 84/92 - de autoria de Toti Colaço.

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 084/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo Estadual, a

construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o Sistema Casa Rural. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Solicito aos Deputados Afonso Júnior, Caíto Quintana, para comporem a mesa escrutinadora dos votos aqui. Deputado Quielse e Deputado Ovídio também.

Trinta e sete Deputados votaram: brancos, cinco. Pela manutenção do Veto nove votos, pela derrubada do Veto vinte e três votos. Fica mantido o Veto do Exmo. Sr. Governador do Estado.

ITEM 08

RDEDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 023/93, que autoriza a realização de plebiscito para consulta à população sobre a criação do Município de Serranópolis. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 149/93, de 27.10.93.)

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social de Porto Vitória, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado o Substitutivo Geral.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário de nº 01 e Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 02, de autoria dos Srs. Deputados Costenaro Neto e Domingos Carvalho e Doutor Rosinha, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 206/92

DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Art. 1º - Com fundamento em transtorno em saúde mental, ninguém sofrerá limitação em sua condição de cidadão e sujeito de direitos, internações compulsórias de qualquer natureza ou outras formas de privação de liberdade injustificadas sem o devido processo legal nos termos do Art.

5º, Inciso LIV, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A internação voluntária de maiores de idade em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares exigirá laudo médico que fundamente o procedimento, bem como informações que assegurem ao internado formar opinião, manifestar vontade e compreender a natureza de sua decisão.

Art. 2º - A reforma psiquiátrica consistirá na gradativa substituição do sistema exclusivamente centrado na internação hospitalar integral, por uma rede integrada que inclua nos cuidados às pessoas que padecem de sofrimento psíquico, variados serviços assistenciais de atenção sanitária e social, tais como ambulatórios, emergências psiquiátricas em hospitais gerais, leitos ou unidades de internação psiquiátrica em hospitais gerais, hospitais-dia, hospitais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, lares abrigados, pensões públicas comunitárias, oficinas de atividades construtivas e similares, desprivilegiando a internação integral como primeira e única opção a desospitalização da população reintegrável e que esteja vivendo em regime asilado.

Art. 3º - A construção e ampliação de hospitais psiquiátricos, públicos ou privados, e a contratação e financiamento, pelo setor público, de novos leitos nesses hospitais, deverá ser analisada pelos conselhos municipais e estadual de saúde e secretarias municipais e estadual de saúde.

§ 1º - É facultado aos hospitais psiquiátricos a progressiva instalação de leitos em outras especialidades médicas até a proporção dos leitos psiquiátricos que forem sendo remanejados, possibilitando a transformação destas estruturas em hospitais gerais, ou a progressiva adaptação destas instituições para a adequação às novas modalidades assistenciais propostas.

§ 2º - No prazo de 3 (três) anos contados da publicação desta lei, serão reavaliados todos os serviços de assistência psiquiátrica, visando aferir a adequação dos mesmos à reforma instituída, como requisito para a renovação da licença de funcionamento, sem prejuízo das vistorias e procedimentos de rotina.

Art. 4º - Será permitida a construção de unidades psiquiátricas em hospitais gerais, de acordo com as demandas loco-regionais, a partir de projeto a ser avaliado e autorizado pelas secretarias e conselhos municipais de saúde, seguido de parecer final da Secretaria e do Conselho Estadual de Saúde.

§ 1º - Estas unidades psiquiátricas

deverão contar com áreas e equipamentos de serviços básicos comuns ao hospital geral, com estrutura física e pessoal adequado ao tratamento aos portadores de sofrimento psíquico, sendo que as instalações referidas no "caput" não poderão ultrapassar a 10% (dez por cento) da capacidade instalada, até o limite de 30 (trinta) leitos por unidade operacional.

§ 2º - Para fins desta lei, entender-se-á como unidade psiquiátrica aquela instalada e integrada ao hospital geral que prestem serviços no pleno acordo aos princípios desta lei, sem que, de qualquer modo, reproduzam efeitos próprios do sistema centrado exclusivamente na internação hospitalar integral.

Art. 5º - Quando da construção de hospitais gerais no Estado, será requisito imprescindível a existência de serviço de atendimento de emergência para pacientes que padecem de sofrimento psíquico, guardadas as necessidades de leitos psiquiátricos locais e/ou regionais.

Art. 6º - Às instituições privadas de saúde é assegurada a participação no sistema estabelecido nesta lei, nos termos do Art. 199 da Constituição Federal.

Art. 7º - A reforma psiquiátrica, na sua operacionalidade técnico-administrativa, abrangerá, necessariamente, na forma da Lei Federal e respeitadas as definições constitucionais referentes às competências, os níveis estadual e municipal, devendo atender às peculiaridades regionais e locais, observando o caráter articulado e integrado do Sistema Único de Saúde.

§ 1º - As Secretarias Estadual e municipal de Saúde disporão de 01 (um) ano, contados da publicação desta lei, para apresentarem, respectivamente, aos conselhos Estadual e Municipal de Saúde o planejamento e cronograma de implantação dos novos recursos técnicos de atendimento.

Art. 8º - Os recursos assistenciais previstos no Art. 2º desta lei serão implantados mediante ação articulada dos vários níveis do governo, de acordo com critérios definidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, sendo de competência dos Conselhos Estadual e Municipais de Saúde o exame das condições estabelecidas pelas Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, para a substituição do modelo atual.

Parágrafo Único - Os Conselhos Estadual e Municipal de Saúde deverão exigir critérios objetivos, respectivamente, das secretarias Estadual e Municipal de Saúde, para viabilizar a instalação de leitos psiquiátricos nos hospitais gerais, observados os princípios desta lei.

Art. 9º - A implantação e manutenção da gestão da rede de atendimento integral em saúde mental será descentralizada e municipalizada, observadas as particularida-

des sócio-culturais locais e regionais garantida a gestão social destes meios.

Parágrafo Único - As prefeituras municipais providenciarão em cooperação com os representantes do Ministério Público local a formação de conselhos comunitários de atenção aos que padecem de sofrimento psíquico, que terão por função principal, assistir, auxiliar e orientar as famílias, de modo a garantir a manutenção dos vínculos social e familiar dos que forem internados, bem como sua reintegração pós-alta.

DAS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS

Art. 10º - A internação psiquiátrica compulsória é aquela realizada sem o expresso consentimento do paciente, em qualquer tipo de serviço de saúde, sendo o médico o responsável por sua caracterização.

§ 1º - A internação psiquiátrica compulsória deverá ser comunicada pelo médico que a procedeu, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à autoridade do Ministério Público, ou quando houver, à autoridade da Defensoria Pública.

§ 2º - Autoridade do Ministério Público, ou quando houver, da Defensoria Pública, poderá constituir junta médica composta por 03 (três) membros, para fins de formação de juízo sobre a necessidade e legalidade da internação.

Art. 11º - O Ministério Público realizará vistoria periódica nos serviços de saúde mental em conjunto com representantes dos órgãos gestores da saúde, com a finalidade de verificar a correta aplicação desta lei.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º - Aos pacientes asilares, assim entendidos aqueles que perderam o vínculo com a sociedade familiar, e que se encontram ao desamparo do Estado para sua manutenção, este providenciará atenção integral, devendo, sempre que possível, integrá-lo à sociedade através de políticas comuns com a comunidade de sua proveniência.

Art. 13º - A Secretaria Estadual de Saúde, para garantir a execução dos fins desta lei, poderá cassar licenciamentos, aplicar multas e outras punições administrativas previstas na legislação em vigor, bem como expedirá os atos administrativos necessários à sua regulamentação, ouvidos os Conselhos Municipal e Estadual de Saúde.

Art. 14º - No prazo de 03 (três) anos, contados da publicação desta lei, a Reforma Psiquiátrica será reavaliada quanto aos seus rumos e ritmo de implantação.

Art. 15º - Compete aos Conselhos Municipais de Saúde, observadas as necessidades regionais e com a homologação do Con-

selho Estadual de Saúde, a definição do ritmo de substituição do modelo assistencial atual pelo modelo contemplado nesta lei.

Art. 16º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(aa) COSTENARO NETO

DOMINGOS CARVALHO

Apoiamto: Nelson Garcia, Élio Rusch e Neivo Beraldin.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - Com fundamento em transtorno em saúde mental, ninguém sofrerá limitação em sua condição de cidadão e sujeito de direitos, internações de qualquer natureza ou outras formas de privação de liberdade sem o devido processo legal nos termos do Art. 5º, Inciso LIV da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A internação voluntária de maiores de idade em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares exigirá laudo médico que fundamente o procedimento, bem como informações que assegurem ao internado formar opinião, manifestar vontade e compreender a natureza de sua decisão.

Art. 2º - O novo modelo de atenção em saúde mental consistirá na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico de cuidados às pessoas que padecem de sofrimento psíquico por uma rede integrada e variados serviços assistenciais de atenção sanitária e social, tais como ambulatorios, emergências psiquiátricas em hospitais gerais, leitos ou unidades de internação psiquiátrica em hospitais gerais, hospitais-dia, hospitais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, lares abrigados, pensões públicas comunitárias, oficinas de atividades construtivas e similares.

Art. 3º - Fica vedada a construção e ampliação de hospitais psiquiátricos, públicos ou privados, e a contratação e financiamento pelo setor público, de novos leitos nesses hospitais.

§ 1º - É facultado aos hospitais psiquiátricos a progressiva instalação de leitos em outras especialidades médicas na medida em que os leitos psiquiátricos forem sendo extintos, possibilitando a transformação destas estruturas em hospitais gerais ou em unidades de atenção à saúde mental conforme o previsto no Art. 2º desta lei.

§ 2º - No prazo de 03 (três) anos, contados da publicação desta lei, serão reavaliados todos os hospitais psiquiátri-

cos, visando aferir a adequação dos mesmos ao novo modelo instituído, como requisito para a renovação da licença de funcionamento, sem prejuízo das vistorias e procedimentos de rotina.

Art. 4º - Será permitida a construção de unidades psiquiátricas em hospitais gerais, de acordo com as demandas locais-regionais, a partir de projeto a ser avaliado e autorizado pelas secretarias e conselhos municipais de saúde, seguido de parecer final da Secretaria e do Conselho Estadual de Saúde.

§ 1º - Estas unidades psiquiátricas deverão contar com áreas e equipamentos de serviços básicos comuns ao hospital geral, com estrutura física e pessoal adequado ao tratamento aos portadores de sofrimento psíquico, sendo que as instalações referidas no "caput" não poderão ultrapassar a 10% (dez por cento) da capacidade instalada, até o limite de 30 (trinta) leitos por unidade operacional.

§ 2º - Para fins desta lei, entender-se-á como unidade psiquiátrica aquela instalada e integrada ao hospital geral que prestem serviços no pleno acordo aos princípios desta lei, sem que, de qualquer modo, reproduzam efeitos próprios do sistema hospitalocêntrico de atendimento em saúde mental.

Art. 5º - Quando da construção de hospitais gerais no Estado, será requisito imprescindível a existência de serviço de atendimento para pacientes que padecem de sofrimento psíquico, guardadas as necessidades de leitos psiquiátricos locais e/ou regionais.

Art. 6º - Às instituições privadas de saúde é assegurada a participação no sistema estabelecido nesta lei, nos termos do Art. 199 da Constituição Federal.

Art. 7º - O novo modelo de atenção em saúde mental, na sua operacionalidade técnico-administrativa, abrangerá, necessariamente, na forma da Lei Federal e respeitadas as definições constitucionais referentes às competências, os níveis estadual e municipais, devendo atender às peculiaridades regionais e locais, observando o caráter articulado do Sistema Único de Saúde.

§ 1º - Os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, constituirão Comissões de Saúde Mental, com representação de trabalhadores em saúde mental, autoridades sanitárias, prestadores e usuários dos serviços, familiares, representantes da comunidade científica, que deverão propor, acompanhar e exigir das Secretarias Estadual e municipais de Saúde, o estabelecido neste artigo.

§ 2º - As Secretarias Estadual e Municipais de Saúde disporão de 1 (hum) ano, contados da publicação desta lei, para

apresentarem respectivamente, aos Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, o planejamento e cronograma de implantação dos novos recursos técnicos de atendimento.

Art. 8º - Os recursos assistenciais previstos no Art. 2º desta lei serão implantados mediante ação articulada dos vários níveis de governo, de acordo com critérios definidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, sendo de competência dos Conselhos Estadual e Municipais de Saúde o exame das condições estabelecidas pelas Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, para a superação do modelo hospitalocêntrico.

Parágrafo Único Os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde deverão exigir critérios objetivos, respectivamente, das Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, para a reserva de leitos psiquiátricos indispensáveis nos hospitais gerais, observados os princípios desta lei.

Art. 9º - A implantação e manutenção da rede de atendimento integral em saúde mental será descentralizada e municipalizada, observadas as particularidades sócio-culturais locais e regionais, garantida a gestão social destes meios.

Parágrafo Único - As prefeituras municipais providenciarão em cooperação com os representantes do Ministério Público local a formação de conselhos comunitários de atenção aos que padecem de sofrimento psíquico, que terão por função principal, assistir, auxiliar e orientar as famílias, de modo a garantir a integração social e familiar dos que forem internados.

Art. 10 - A internação psiquiátrica compulsória é aquela realizada sem o expresso consentimento do paciente, em qualquer tipo de serviço de saúde, sendo o médico o responsável por sua caracterização.

§ 1º - A internação psiquiátrica compulsória deverá ser comunicada pelo médico que a procedeu, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, à autoridade do Ministério Público, e quando houver, à autoridade da Defensoria Pública.

§ 2º - A autoridade do Ministério Público, ou, quando houver, da Defensoria Pública, deverá emitir parecer sobre a necessidade e legalidade do ato de internação e da manutenção do internamento, desde que exista solicitação neste sentido e que constitua uma junta interdisciplinar composta por 3 (três) membros, sendo um psiquiatra, um psicólogo e um outro profissional da área de saúde mental com formação de nível superior.

Art. 11 - A internação de pessoa com diagnóstico principal de síndrome de dependência alcoólica deverá se dar em leito de clínica médica em hospitais e pronto-socorros gerais, vedando-se o uso de leito em hospital psiquiátrico.

Art. 12 - O Ministério Público realizará vistorias periódicas nos estabelecimentos que mantenham leitos psiquiátricos, com a finalidade de verificar a correta aplicação desta lei.

Art. 13 - Aos pacientes asilares, assim entendidos aqueles que perderam o vínculo com a sociedade familiar, e que se encontram ao desamparo e dependendo do Estado para sua manutenção, este providenciará atenção integral, devendo, sempre que possível, integrá-los à sociedade através de políticas comuns com a comunidade de sua proveniência.

Art. 14 - A Secretaria Estadual de Saúde, para garantir a execução dos fins desta lei, poderá cassar licenciamentos, aplicar multas e outras punições administrativas previstas na legislação em vigor, bem como expedirá os atos administrativos necessários à sua regulamentação.

Art. 15 - No prazo de 3 (três) anos, contados da publicação desta Lei, o novo modelo de atenção em saúde mental será reavaliada quanto aos seus rumos e ritmo de implantação.

Art. 16 - Compete aos conselhos municipais de saúde, observadas as necessidades regionais e com a homologação do Conselho Estadual de Saúde, a definição do ritmo de implantação da rede de atendimento integral em saúde mental.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Ernani Pudell, Emilia Belinati, Paulo Maia e Luiz Carlos Alborghetti.

Volta-se à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/93, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre o acesso dos filhos dos produtores rurais ao crédito na Instituição Financeira Estadual, para custeio dos seus estudos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.F., C.E.C.E. E CONTRÁRIO DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/94, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem de alerta sobre riscos à saúde em propaganda de embalagens de bebidas alcoólicas no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.S.P. E CONTRÁRIO DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI N° 044/94

O art. 2° passa a ter a seguinte redação:

Art. 2° - As mensagens de alerta devem ser escritas ou faladas, conforme os casos previstos no art. 1°, tendo como frase básica "O Álcool é prejudicial à saúde".

Sala das Sessões, em 11.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Carlos Simões, Durval Amaral, Severino Félix, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Júlio Bifon, Toti Colaço, Djalma de Almeida César, Ernani Puddell, Alceu Swarowski, Lourenço Fregonese, Mário Bezerra, Luiz Antonio Setti.

Encaminhe-se à CCJ.

ITEM 13

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 133/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do art. 1° da Lei 10.736 de 14 de abril de 1994. (APMI de Itaperuçu). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 14

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 134/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Porecatu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 15

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 135/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio ao Desenvolvimento Integral da Pessoa, com sede e foro na Cidade de Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 16

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 137/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 17

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 139/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Ortigueira - ASRO, com sede e foro no Município de Ortigueira-Pr. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 009/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a realização de plebiscito para a população decidir sobre a criação do Município de Boa Ventura de São Roque, desmembrado de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 41, de 18.04.94.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 009/94

P A R E C E R:

Propôs o autor projeto de resolução, objetivando autorizar a realização de plebiscito, na área que especifica para a criação do Município de Boa Ventura de São Roque, desmembrado do Município de Pitanga.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a Mesa, Requerimento de n° 1163, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Aprovado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa a presença do Prefeito, Dr. Eugênio Mazepa, de Inácio Martins, acompanhado de seu Vice, Silvino Pascoalini, e dos Vereadores: Valdir Cabral, Joacir Cardoso, Teodósio Lucazen, José Luiz Paitala e Joaquim Pacífico.

A presença do Prefeito, do vice-Prefeito e dos Vereadores nesta tarde é uma honra para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Requerimentos: Do Deputado Luiz Carlos Zuk. Aprovados.

Requerimento de n° 1130, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós gostaríamos de registrar a presença da Doutora Sueli Campello, Presidente da Câmara Municipal de Japurá, que muito nos honra com sua presença nesta Casa.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado, nobre Deputado.

Requerimentos de n°s 1133 a 1136 e 1172 a 1174, de autoria do Senhor Deputado

Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1137 e 1138, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1144, 1148, 1149 e 1150, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1153, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1156, de autoria dos Senhores Deputados Cezar Silvestri e Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1158, de autoria do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1162 e 1164, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente. **Aprovados.**

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1166, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1167 a 1171, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1185, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Inclua-se na sessão do dia 17.05.94.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, às nove horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 129, 136, 143, 147, 149 e 153/94.

Levanta-se a sessão.